

Revista
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 2

Julho/Dezembro 2014

Rio de Janeiro

ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 2	p. 289-617	Jul/Dez 2014
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Considerações sobre o Serviço Social na América Latina

Carina Berta Moljo

RESUMO

O texto apresentado reconstrói a gênese histórica do Serviço Social argentino e brasileiro, assim como o seu desenvolvimento posterior, analisando os nexos históricos e considerando a formação sócio-histórica de cada país. Finalmente, coloca alguns desafios para o Serviço Social, tendo como referência o contexto atual da América Latina.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social.
História.
América Latina.

Recebido em 01/05/15.

Aprovado em 20/08/15.

Considerations Social Works in Latin America

The displayed text reconstructs the historical genesis of the Argentine and Brazil Social Work as well as its further development, by analyzing the historical connections and considering the sociohistorical background of each country. Finally, poses some challenges for Social Work, with reference to the current context of Latin America.

KEYWORDS Social Service. History. Latin America.

Introdução

O texto que ora apresentamos¹ procura reconstruir a gênese histórica do Serviço Social, especialmente no Brasil e na Argentina, assim como os seus desdobramentos posteriores. Para isto foi preciso compreender a inserção da profissão a profissão de Serviço Social no cenário mais amplo da história, portanto, no movimento mais amplo da sociedade. Neste sentido, entendemos que a profissão foi construída historicamente considerando as demandas que lhe foram colocadas pelo Estado e pelas classes dominantes, assim como pelas respostas dadas as classes que “vivem do trabalho”, embora historicamente as principais intervenções do Serviço Social estivessem dirigidas aos setores mais pauperizados.

Consideramos importante destacar que o caminho metodológico que utilizamos para compreender o Serviço Social na história da América Latina é aquele que se apropria do método de Marx³ para o conhecimento da realidade. Será somente a partir da década de 1980 que o Serviço Social fará este movimento, qual seja, compreender o Serviço Social nas Relações Sociais, como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, ultrapassando as análises endogenistas⁴, conforme já nos demonstrou Imamamoto (1982).

O texto será dividido em 4 itens:

- A Gênese histórica do Serviço Social, como “emerge de forma diferenciada” nos diferentes estados nacionais, conforme as particularidades históricas de cada país, da sua formação econômica, política, da sua “cultura política”.

1 O presente texto tem como base uma conferência proferida em Natal no ano de 2011, por ocasião do I Encontro Internacional de Estudos sobre América Latina. O Serviço Social na América, realizado na UFRN.

2 Conferir *Antunes Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 8a ed. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 2002.

3 Como não trabalharemos aqui, sobre o Método em Marx, recomendamos a leitura introdutória de Netto, 2011, assim como do próprio Marx 2008.

4 Conferir Imamamoto 1982.

- O seu desenvolvimento histórico, quer dizer, como foi avançando o Serviço Social desde a perspectiva dos seus fundamentos teóricos metodológicos na década de 1950, 1960 a 1980, de alguma forma abarcando o movimento de Reconceituação latino-americana e a Renovação no Brasil.
- Os desafios que foram colocados na abertura política, nos processos de redemocratização, para pensar o Serviço Social na atualidade.
- Considerações finais e desafios atuais.

Aproximações à Gênese histórica do Serviço Social na América Latina

Como é amplamente conhecido por todos aqueles que estudaram “história de Serviço Social”, ou Fundamentos do Serviço Social, ou ainda fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, dependendo da nomenclatura e da grade curricular das universidades, a primeira escola de Serviço Social na América Latina foi criada no Chile em 1925, pelo Dr. Del Rio, um médico higienista que estava preocupado com as novas epidemias que estavam surgindo no mundo, as quais os médicos não estavam dando conta de resolver, ou pelo menos de “atacar” como hoje fazem os agentes de Saúde no continente⁵. Assim, cria-se uma estratégia para “atacar os focos que poderiam ser considerados mais perigosos” preferencialmente mediante a “prevenção”, tendo como principal estratégia de intervenção as visitas domiciliares. Em alguns países da América Latina, como Argentina, Chile, e Uruguai⁶, a influência higienista será fundamental para a institucionalização do Serviço Social, sendo em alguns casos considerada como uma profissão paramédica. Na Argentina⁷ o processo de

5 Basta lembrar que há pouco tempo tivemos uma epidemia ou pandemia de Gripe A, que gerou uma crise internacional, com a suspensão de voos internacionais, causando medo de estar em lugares fechados etc. Basta imaginar o que uma epidemia implicava no ano de 1920.

6 Como não conhecemos profundamente a história de outros países da América latina, preferimos fazer referência à Argentina, Uruguai, Brasil e Chile. Ressaltamos a produção de Acosta (2014) sobre a realidade uruguiaia.

7 Destacamos a importante pesquisa realizada por OLIVA (2007), na qual ressalta o papel protônico que teve o Dr. Manuel Carbonell, que, como professor concursado da cátedra de Higiene Pública de Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires, cria em 1924 o curso de visitadoras de higiene. Conforme a autora, isto foi possível, considerando a visão progressista de Carbonell que, junto com o Diretor da Faculdade de Medicina, Dr. Julio Iribarne, propunha uma orientação progressista da medicina pre-

institucionalização da profissão aconteceu de uma forma muito parecida a Chile e Uruguai, com uma preocupação com as políticas de saúde pública e de medidas de higiene pública. Ainda é importante colocar que a primeira escola de Serviço Social na Argentina surge dentro de uma universidade pública que tinha feito a sua reforma universitária em 1918⁸.

Então, a grande influência destas escolas provém do higienismo, que tinha uma forte presença em toda Europa. Logo, elas sofreram a influência do positivismo, sobretudo através dos escritos de Mary Richmond, assim como do Serviço Social norte-americano⁹. Com isto, não estamos afirmando que estas escolas não tinham uma influência do catolicismo, basta lembrar da (UCISS) União Católica Internacional de Serviço Social, mas queremos enfatizar todos os condutos que as influenciaram.

No Brasil, o Serviço Social nasce por outra vertente. A primeira escola foi criada em São Paulo com forte influência da Doutrina Social da Igreja Católica, vinda das missões franco-belgas, na década de 1940, misturando o conservadorismo religioso com o positivismo científico, o que “aparentemente” não seria possível. Desta forma, Iamamoto (1982) denomina este processo como de arranjo teórico – doutrinário. A preocupação originária “daqueles que representavam a igreja católica” era o processo de laicização que estava sofrendo o “mundo¹⁰”, e as missões franco-belgas chegam ao Brasil com a clara intenção de recristianizar.

Nesse período o diálogo entre as escolas de Serviço Social do nosso continente era muito incipiente ou inexistente. A América Latina olhava para a Europa, para os Estados Unidos, mas não para si própria.

Desta forma, temos no período da institucionalização do Serviço Social

ventiva. A autora coloca em questão o porquê desta Escola não ser considerada como a pioneira na formação profissional.

8 No ano de 1918 se produz a Reforma Universitária na Argentina que propunha a autonomia universitária, o laicismo, além de defender uma universidade pública, gratuita e de responsabilidade do Estado.

9 Existe uma polémica hoje na argentina colocando que a escola a que pertencia Mary Richmond provém do pragmatismo e do Interacionismo simbólico; conferir, Travi, B. (2011) . Una adelantada: Mary Richmond, in. <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-6690-2011-08-12.html>, acessado em 3 janeiro de 2015.

10 Lembremos que já tinha acontecido a revolução de 1917, demonstrando que os operários poderiam se organizar e realizar rebeliões em diferentes lugares do mundo e isto preocupava tanto a igreja católica como as burguesias dominantes nos países capitalistas.

uma diferença quanto à “afiliação das matrizes teóricas” do Brasil e da Argentina, lembrando que, conforme Netto (1996) existia um “sincretismo na origem do Serviço Social”. Temos em comum uma visão de enfrentamento “individual” frente às manifestações da questão social, seja através da perspectiva de mudança de comportamento, numa perspectiva considerada “científica”, como a norte-americana, ou com uma perspectiva de cunho “moralista”, na tradição europeia; mas como já sinalizamos, estas perspectivas se misturavam o tempo todo.

Abreu (2002), ao analisar o Serviço Social brasileiro, mas podendo-se estender para o caso da Argentina, aponta o conformismo mecanicista como princípio educativo na institucionalização do Serviço Social na sociedade capitalista¹¹.

Em suma, o que estamos afirmando é que são diferentes as matrizes de pensamento através das quais se institucionaliza o Serviço Social Brasileiro e Argentino, que o diálogo entre o Serviço Social destes países era ínfimo, ou inexistente neste primeiro momento, mas, que se começará a ser construído na próxima década como veremos a seguir.

Breve desenvolvimento histórico: os anos de 1950 até 1980

Evidentemente não é o objetivo deste breve texto aprofundar sobre este complexo, rico e conturbado período histórico, uns dos mais interessantes períodos do Serviço Social latino-americano, assim como da América Latina. Trata-se de um período de pós-guerra, de crise do modelo de substituição de importações, e as saídas que os países procuravam construir se diferenciavam entre dois projetos de sociedade, conforme Netto (2002): um que procurava continuar com as reformas que vinham sendo realizadas nos diferentes países de América Latina, considerando as diferenças entre cada país; e outro que procurava a incorporação da América Latina de forma subordinada e dependente ao capitalismo mundial. Como veremos em seguida, com a instauração das ditaduras militares ou as “contrarrevoluções preventivas”, teremos a integração subalterna dos países da América Latina à economia mundial.

11 O conformismo mecanicista exige o controle sobre a vida privada do trabalhador e de sua família, com o objetivo de adequar a força de trabalho à disciplina necessária para a operação do sistema de montagem de alta produtividade (típica do padrão fordista/taylorista de produção e de trabalho).

No caso do Serviço Social, temos que a partir da década de 1950 se produz uma paulatina integração ou pelo menos uma aproximação ou diálogo¹² entre as Escolas de Serviço Social do continente. Este diálogo, de alguma forma foi incentivado pelas Nações Unidas, que tinham uma “preocupação” com o Desenvolvimento de Comunidade, e o Serviço Social, era uma das principais profissões que atuava no mesmo. Destacamos as famosas Missões que as Nações Unidas enviavam para todas as Escolas de Serviço Social da América Latina¹³, com o objetivo de conhecer “as Escolas de Serviço Social”, para analisar se os conteúdos que eram trabalhados nessas escolas se adaptavam ou eram compatíveis com o novo “modelo de Desenvolvimento” e com a preparação técnica e eficiente que o novo contexto exigia para esses profissionais. A principal preocupação era a de adaptar a formação de Serviço Social às novas exigências que eram colocadas para este profissional.

Como sinaliza Netto 2002 p.137,

o quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena alavancagem da *industrialização pesada*, colocava demandas de intervenção sobre a “questão social” que desdobravam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias das suas atividades (basicamente concretizadas nos “processos” das abordagens individual e grupal) Donde, já então, o empenho profissional para desenvolver outras modalidades interventivas, com a assunção da abordagem “comunitária” enquanto outro “processo” profissional.

Desta forma, o Serviço Social se “apropria” do Desenvolvimento de Comunidade, que justamente procurava trazer novas formas, novos “hábitos e costumes” para as populações consideradas “marginais” ou pobres. Entendia-se que, modificando a “cultura das populações marginais ou pobres” estaria se oferecendo os instrumentos necessários para que essas

12 Neste período teremos uma forte influência da Teoria do Desenvolvementismo e depois da Teoria da Dependência. O Desenvolvementismo foi amplamente difundido pela CEPAL (Centro de Estudos para América Latina). No caso da Argentina uns dos principais difusores foi Raúl Prebisch, que propunha um desenvolvimento Nacional e sustentado.

13 Basta lembrar que no caso da Argentina, a “vertente modernizadora” chegava ao Serviço Social, através das Nações Unidas, quando em 1957, o governo argentino solicitou as Nações Unidas assessoria técnica sobre o ensino do Serviço Social no País. Assim, a assistente social chilena Valentina Maidagán de Uguarte realizou uma minuciosa análise da formação profissional no País.

populações pudessem sair da pobreza e, assim, serem incorporadas à nova sociedade “moderna” que estava sendo construída.

No caso da Argentina, temos que o Desenvolvimento de Comunidade, que começou na década de 50, teve seu apogeu durante a ditadura militar de Onganía (1966- 1970), já que o governo militar colocava o desenvolvimento de comunidade como uma estratégia para substituir os partidos políticos e sindicatos (que estavam proibidos) pelas “organizações da sociedade”. Contudo, contraditoriamente, temos que esta aproximação dos jovens profissionais às comunidades possibilitou em grande medida a aproximação com a “militância política” que operava nas comunidades ou favelas¹⁴, assim como uma postura “crítica” frente à profissão. Da mesma forma, a modernização conservadora no Brasil proporcionou o surgimento de quadros técnicos que se adequavam ao projeto modernizador e outros quadros que possibilitaram posteriormente a construção de um pensamento crítico.

É neste contexto que surge o Movimento de Reconceituação Latino-americano, como um fenômeno tipicamente latino-americano (Iamamoto, 1982). Entendemos que este fenômeno extrapola o Serviço Social em si mesmo. De fato, todas as Ciências Sociais estavam sendo reconceituadas neste período¹⁵, quiçá a grande diferença foi o alcance que Reconceituação teve para o Serviço Social, já que modificou profundamente os rumos posteriores da profissão. Podemos afirmar que foi um momento de inflexão do Serviço Social na América Latina. Ressaltamos aqui a importante influência que tiveram duas revistas argentinas que começaram a publicar seus números em 1964, “Hoy en el Trabajo Social” da editora ECRO, e “Selecciones del Trabajo Social” da Editora HUMANITAS. Ambas publicavam, além de artigos acadêmicos, informação sobre América latina como um todo. Destacamos alguns eventos importantes para a profissão, como em 1965, o V Congresso Pan-americano de Serviço Social, realizado no Peru, no qual foi criada a Associação Latino-americana de Escolas de Serviço Social. (ALAESS), com o apoio da Fundação Konrad Adenauer. Também em 1965 foi realizado o primeiro Seminário Regional latino-americano de Serviço Social, tendo como tema: *Serviço Social e as mudanças sociais na América Latina*, realizado em Porto Alegre. No mesmo ano, ocorreu a primeira Reunião do Grupo de

14 Sobre este período, conferir MOLJO, 2005.

15 No caso da Argentina temos uma corrente muito forte de luta contra o cientificismo que existia nas Universidades, e se propunha uma revisão global das ciências.

Trabalho dos países do Cone Sul: *Desenvolvimento de Comunidade*, patrocinado pelo departamento de Desenvolvimento Social e Bem-Estar Social da OEA (Organização dos Estados Americanos), realizado no Paraguai. Em 1966, a Assistente Social brasileira Elena Iracy Junqueira ministra um curso na Argentina. No mesmo ano é realizado no Uruguai o II Seminário Regional latino-americano de Serviço Social. No mundo se realiza em 1968 a Assembleia Mundial e o XIV Congresso de Escolas de Serviço Social, além da XIV Conferência Internacional de Bem Estar Social, entre outros.

Contudo, é nesse momento que o Serviço Social na América Latina (ou pelo menos na América do Sul) reforça o seu processo de integração, mas ao mesmo tempo, e considerando as particularidades históricas, começa a se diferenciar. O que temos em comum¹⁶ é que o modelo econômico vigente, que se baseava no modelo de substituição de importações, estava esgotado e entrava em crise, mas as respostas à crise foram diferenciadas, tanto no que diz respeito ao Serviço Social quanto ao âmbito maior onde este se desenvolveu.

O que estamos afirmando é que sobretudo as décadas de 1960 e 1970, para os assistentes sociais brasileiros e argentinos, foi muito diferente.

Pensem nos processos políticos que estavam se desenvolvendo no Brasil. Temos a ditadura de 1964, a autocracia burguesa¹⁷, mas é importante dizer que nesse momento o conservadorismo que imperava na profissão era totalmente hegemônico. Podemos pensar que o mesmo vem de fato a quebrar-se somente na década de 1980. O que temos no Brasil é a ruptura com o Serviço Social Tradicional, o que Netto (2002) denomina como o processo de Renovação do Serviço Social, contendo três vertentes: a primeira, a *modernização conservadora* com uma forte tendência para “eficientismo” com posturas assépticas; a segunda, a *reatualização do conservadorismo*, com as correntes fenomenológicas e até irracionais; e finalmente a *intenção de ruptura*, que conforme o mesmo autor, terá a sua emergência a partir de 1972. Lembremos que a modernização conservadora é de fato um processo econômico que se instala com a autocracia burguesa, mas que ultrapassa a esfera econômica.

16 Aqui nos referimos especialmente ao Brasil e à Argentina.

17 Não me deterei sobre este ponto considerando as importantes publicações que existem no Brasil sobre este período, mas não podemos deixar de mencionar o livro do professor José Paulo Netto (2002).

A década de 1960 foi um período no qual “parecia” que o mundo se “revolucionava”. Pensemos na China com Mao Tse Tung e o livro vermelho fazendo a revolução cultural; temos os combates no Vietnã que geravam oposição até dos norte-americanos; a retirada da França da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico do Norte); a descolonização dos países africanos; enfim, temos um momento histórico onde a hegemonia da esquerda era predominante, sobretudo no campo ou no mundo da cultura. Hobsbawm (1997) considera que depois da Segunda Guerra Mundial parecia que a forma mais comum da guerra era a guerra de guerrilha, mas sem dúvida o que mais impacto teve no Cone Sul, além da Revolução Cubana, foi a chegada de Allende à presidência do Chile em 1971, e em 1973 seu assassinato. Em 1973 também houve o golpe de Estado no Uruguai. Isto é, havia uma questão sincronizada das ditaduras militares, evidentemente patrocinadas pelos grandes monopólios e pelo centro do imperialismo para instalar economias subalternas na América Latina, e isto foi de fato o que aconteceu.

Entretanto, antes disto, o seguinte acontecia com o Serviço Social argentino: grandes reformas curriculares, a criação de grupos de estudo para analisar a conjuntura e intervir nela, a incorporação de disciplinas específicas sobre a América Latina. Nesse momento, temos o que alguns autores denominam¹⁸ a “radicalização da juventude¹⁹”, mostrando que quanto mais se clausurava o espaço político tradicional, mais a juventude se radicalizava e procurava espaços alternativos de participação. Foi nesse cenário de fechamento do cenário político que se radicalizou a juventude, e dentro dele, os estudantes de Serviço Social, que se aproximavam do Marxismo nas suas mais variadas interpretações. Nesse sentido é bom deixar claro que de fato se realizou uma aproximação enviesada ao marxismo, conforme Netto (1998), que tinha como principal objetivo “intervir” na realidade. É nesse contexto que temos a Reconceitualização latino-americana. Esta, de fato, foi muito forte na Argentina, ainda que ninguém soubesse muito bem do que se tratava²⁰, mas, certamente, tratava-se de refundar o Serviço

18 Nesse período na Argentina existiam escolas públicas e privadas, algumas estavam no âmbito da Universidade, outras no âmbito de diversos Ministérios (sobretudo Saúde e Bem-Estar Social) com duração de 3 a 4 anos.

19 Especificamente estamos nos referindo ao texto de Ollier (1998).

20 Conferir Moljo 2005.

Social numa nova perspectiva. Entretanto, em 1976²¹ se produz o último Golpe Militar na Argentina. São conhecidas as implicações da ditadura argentina para a sociedade argentina como um todo, assim como para o Serviço Social: desaparecimento de 30.000 pessoas, censura, fechamento de várias escolas de Serviço Social e no plano econômico a instauração do neoliberalismo. Evidentemente, foi uns dos períodos mais obscuros da história recente da Argentina: o que se produziu foi um clima de terror, de medo e um vazio, tanto para o Serviço Social, quanto para toda sociedade, gerando uma “atomização” da sociedade.

Lembremos que no Brasil a autocracia burguesa se instala em 1964 sendo o momento mais feroz em 1968, com a institucionalização do AI5²² que se prorroga até 1978. Em 1979, se declara a anistia política²³, começando uma “abertura democrática gradual”. É no contexto de mobilizações²⁴ que no âmbito do Serviço Social acontecia o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado na cidade de São Paulo, conhecido como o Congresso da Virada, o qual, conforme Netto (2009), “trouxe o Serviço Social à cena política: trouxe-o como partícipe das lutas abertas da resistência democrática, trouxe-o como constitutivo do arco democrático. Aqui a novidade é a ruptura com a tradição conservadora” (2009, p. 666), produzindo uma ruptura teórica e a construção do projeto ético-político²⁵.

21 Destacamos que antes do Golpe de 1976 já tinham acontecido desaparecimentos de pessoas na Argentina e o clima de medo era o que imperava.

22 O AI5 refere-se ao Ato institucional N°5 da ditadura militar que vigorou de 1968 a 1978, e deu poder aos militares para “punir” qualquer indivíduo que fosse considerado perigoso e que colocasse em perigo a Segurança interna do país.

23 O tema sobre a anistia política de 1979 é questionável no Brasil, já que esta foi realizada de forma irrestrita sem diferenciar civis e militares.

24 Referimo-nos especialmente às Greves do ABC paulista e às mobilizações estudantis.

25 “O projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central- a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo- tanto na sociedade como no exercício profissional.” (Netto, 1999, p. 104/5)

Desta forma, temos a emergência do Serviço Social renovado sob a perspectiva de intenção de ruptura ainda no ciclo ditatorial, mas que a partir de finais dos anos 1980 se consolida no meio acadêmico, nas organizações da categoria profissional, travando um importante diálogo com as Ciências Sociais.

Não podemos deixar de mencionar neste período, a importância estratégica que teve o CELATS (Centro Latino-americano de Trabajo Social) no nosso continente. Criado em 1975, com sede no Peru, assumiu as tarefas de investigação, documentação, docência, ação e comunicação em Serviço Social. Lembremos que foi a linha de pesquisa patrocinada pelo CELATS que promoveu a pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina, realizada principalmente, mas não exclusivamente por Marilda Vilela Yamamoto e Manuel Manrique, na qual deixa de realizar uma análise da história do Serviço Social meramente descritiva, entendida como uma sequência evolutiva dos processos, compreendendo a história da sociedade apenas como pano de fundo da história do Serviço Social, para uma análise da profissão onde se constrói uma abordagem orgânica entre a história da sociedade e da profissão. Essa análise considera que a profissão emerge a partir das relações entre o Estado e a sociedade civil, escolhendo as relações entre as classes sociais como explicação das demandas e necessidades de institucionalização da profissão, sempre a partir da relação Capital-Trabalho. Enfim, podemos sintetizar que foi no percurso dessas décadas que se realizou uma integração do Serviço Social do continente, mas que foi “interrompida” com a instauração das ditaduras militares neste continente. Como veremos a seguir, este diálogo é ressignificado na década posterior.

Os processos de democratização

O retorno da democracia nos dois países encontrou o Serviço Social de forma muito diferenciada. A Argentina retorna à democracia em 1983, depois da derrota da Guerra das Malvinas de 1982, com um saldo de 30000 desaparecidos, uma economia em crise, uma sociedade dilacerada que precisava reconstruir a sua história. Existia uma mobilização popular que lutava por políticas públicas universais, pelo julgamento dos militares²⁶, melhores condições de vida, além da volta da democracia.

26 Diferentemente da maioria dos países do Cone Sul, os militares na Argentina foram julgados e condenados no ano de 1985. Durante o julgamento foram reveladas

O período da ditadura significou, para o Serviço Social, o fechamento de 14 Escolas, das 45 que existiam até a ditadura²⁷, e a partir do retorno da democracia, as Associações ou Colégios Profissionais foram atores fundamentais na criação de estratégias para que essas escolas pudessem ser reabertas. Da mesma forma que se recompunha a sociedade, as organizações da categoria profissional também procuravam a sua recomposição²⁸. Mas esta reorganização não foi uma tarefa simples.

No cenário acadêmico, como já sinalizamos, a volta à democracia implicou numa rearticulação dos conteúdos²⁹ ministrados nas universidades, um debate intenso acerca das diferentes matrizes de pensamento, como veremos a seguir. Na atualidade, existe uma heterogeneidade na formação profissional do Serviço Social, referente tanto aos conteúdos ministrados nas graduações, quanto aos anos de duração dos cursos de graduação, e às tendências teórico-metodológicas existentes.

Conforme os dados apresentados por Rozas Pagaza e Ludi (2009, p.777), na Argentina existiam em 2009 vinte Escolas de Serviço Social no âmbito da universidade³⁰ e trinta no âmbito da educação superior não universitária ou terciária³¹. As autoras destacam que (2009 p. 777-778):

as atrocidades realizadas pela ditadura, que foram publicadas posteriormente num livro intitulado “Nunca Más”. Mas no mesmo ano foi decretada a “Ley de Punto Final”, a qual dava um prazo de 2 meses para realizar as citações judiciais e fechar os processos. Isto foi um impacto absolutamente negativo para a sociedade. Em 1987, após um levantamento militar foi decretada a “Ley de Obediencia Devida”, a qual retirava a responsabilidade daqueles que tinham “obedecido ordens”. Em 1990 foram decretados os indultos aos militares. Recentemente estas leis foram revogadas.

27 Lembrando que a Universidade já havia sofrido intervenção antes mesmo da ditadura militar e que a violência política por parte do Estado antecedeu a instalação da ditadura militar.

28 Referimo-nos especialmente à FAETS (Federação de Estudante de Trabajo Social); à FAUATS (Federação de Unidades Acadêmicas de Trabajo Social) e a FAAPSS (Federação Argentina de profissionais de Serviço Social).

29 Lembrando que na Argentina não existe um conteúdo mínimo, ou curriculum mínimo, como propõe a ABEPSS aqui no Brasil.

30 A maioria no âmbito de Universidades Federais Públicas, ou Universidades Nacionais.

31 No âmbito público vinculadas aos Estados Nacionais, através dos Ministérios da Saúde e Assistência Provinciais, assim como vinculadas a instituições privadas e confessionais. Conforme Rozas Pagaza e Ludi (2009 p. 777), grande parte destas escolas não estão vinculadas a FAUATS, e, portanto, estão fora dos debates nacionais do Serviço Social.

Sin dudas, esto marca una gran heterogeneidad en la formación de grado así como diferencias institucionales –vinculadas, a la dimensión normativa, cultural, de historia y proyecto organizacional y contextual- que impactan en la perspectiva desde la cual se piensa, diseña e implementa la formación profesional, generando a la vez diferencias en las condiciones para impulsar cambios, transformaciones.

Portanto, a formação na Argentina não tem um currículo mínimo, não tem uma direção comum, não tem um projeto de Serviço Social e sim múltiplos projetos.

As autoras anteriormente citadas mostram que existem 4 tendências em relação ao Serviço Social e à formação acadêmica:

- Ainda existem escolas que continuam a formação embasada no Serviço Social tradicional de caso, grupo e comunidade, e que trabalham por níveis de abordagens.
- Existem escolas que assumem posições extremas: as primeiras entendem que a influência maior na formação deve ser da prática, caindo no pragmatismo e no tecnicismo; e outras que, pelo contrário, entendem que a maior influência deve ser a da teoria, caindo em posturas, teoricista e academicistas.
- Outras escolas entendem o Serviço Social como Gestão técnico-operativa e procuram construir modelos de intervenção.
- Finalmente, e em menor medida, estão as escolas que procuram pensar a formação profissional numa perspectiva crítica.

Portanto, no âmbito da academia, o cenário é preocupante. Ainda destacamos que na Argentina, os Programas de Pós-graduação emergem em meados da década de 1990, sendo fundamental o apoio recebido do Brasil, sobretudo, da PUC-SP, que possibilitou a realização do primeiro Mestrado em Serviço Social na Argentina, mediante o convênio entre a Universidade Nacional de La Plata e a PUC/SP.

No Brasil, o retorno à democracia “encontrou” uma categoria profissional organizada, que teve um papel fundamental na Constituição de 1988, em áreas estratégicas como a assistência, saúde, criança e adolescente. Conforme Iamamoto (2014):

O Serviço Social beneficia-se de amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar

do período 1964-84. No contexto de ascensão dos movimentos sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de direito, a categoria foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil com o avanço das lutas democráticas. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social no país e passa a exigir novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos *campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais*. Revigora-se uma ampla e *fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais*, que vão dar sustentação ao projeto O Serviço Social no Brasil, uma experiência inovadora no cenário profissional mundial.

Destacamos o esforço coletivo que vem coordenado a ABEPSS na construção das diretrizes curriculares que reafirma a Questão Social como base de fundação sócio-histórica para a profissão. Entendendo que os conhecimentos devem estar sustentados em três núcleos de fundamentação, inter-relacionados: o de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Conforme as Diretrizes Curriculares de 2002, é requisito da formação profissional o:

Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.

Conforme Iamamoto (2014), a década de 80 foi um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social, inspirado na teoria crítica, que embasa o projeto ético-político da profissão. Também destacamos o papel fundamental do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que mantém uma postura crítica em defesa dos direitos sociais, frente a um cenário cada vez mais adverso. Com isto não estamos afirmando que no Serviço Social brasileiro não existam correntes conservadoras, pelo contrá-

rio, estas existem e vêm ganhando espaço, não no âmbito da produção de conhecimento, onde a postura crítica se mantém hegemônica, pelo menos por enquanto, mas, vem ganhando espaço via posturas pós-modernas, ou sistêmicas entre outras³². Não podemos esquecer do Ensino a Distância³³ dentro da Reforma do Ensino Superior no Brasil, com uma perspectiva privatista e mercantilizada, que está trazendo sérias consequências para o Serviço Social Brasileiro³⁴. Desta forma temos um cenário adverso no qual muitos desafios são colocados.

Considerações finais e desafios atuais

Como vimos, os processos de desenvolvimento e institucionalização do Serviço Social no Brasil e na Argentina possuem aspectos de semelhança mas também de diferenciação. Destacamos o processo de aproximação e diálogo estabelecido entre o Serviço Social do continente, sobretudo a partir da década de 1950, influenciado em grande medida pela OEA. Logo vieram de forma as Ditaduras Militares na América Latina, fechando os espaços de diálogos e impossibilitando a construção de projetos coletivos. Assim o incipiente processo de integração se viu interrompido até o retorno das democracias, a partir de década de 1980. Contudo, o Serviço Social no continente, especialmente o brasileiro e o argentino, retornou a vida democrática de forma diferenciada como já destacamos. É neste cenário diverso que vários desafios são colocados para o fortalecimento do Serviço Social no continente, especialmente o projeto que entende a necessidade de articulação das diferentes instâncias organizativas da profissão, possibilitando o diálogo com o Serviço Social Internacional, defendendo um Serviço Social Crítico, frente à barbárie instalada no estágio do capitalismo atual. Conforme Mansilla (2011 p. 17):

32 Lembremos o debate realizado há alguns anos, que refletiu no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em Brasília em 2010, no qual se colocava como possibilidade o Serviço Social “clínico” o que é proibido pela legislação do Serviço Social. Na mesma direção encontramos posturas neoconservadoras no trabalho com famílias, entre muitos outros exemplos.

33 Para conferir a posição crítica que vem assumindo o CFESS/ CRESS a ABEPSS e o ENESSO sob o Ensino a Distância, recomendamos o documento denominado Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social in <http://www.abepss.org.br/paginas/ver/6>, acessado em 5 de janeiro de 2015.

34 Conferir o texto Brabosa, 2014.

En estos últimos veinte años, los organismos representativos del colectivo de Trabajo Social de Brasil, Uruguay, Argentina y luego Paraguay, hicieron innumerables esfuerzos por la integración profesional del Cono - Sur, firmando en Montevideo, el 2 de diciembre de 1995, el Protocolo de Intenciones, donde se establece una agenda para la formación de un organismo de los Asistentes Sociales en el ámbito del MERCOSUR. Venezuela y Chile se incorporaron una década más tarde, en el 2006. Finalmente, el 14 de mayo de 1996 se creó el Comité MERCOSUR de Organizaciones Profesionales de Trabajo Social/Servicio Social, con una organización de dos reuniones por año y con rotación de la Coordinación de este.

A posição do Comitê Mercosul de organizações Profissionais de Serviço Social e Trabajo Social vem tendo um papel importante na direção estratégica que a profissão assume na defesa do Serviço Social Crítico, como demonstra a Declaração de Rio de Janeiro de 2012.

Outro desafio fundamental é o de retomar os estudos sobre os fundamentos do Serviço Social desde uma perspectiva latino-americana. Evidentemente, este desafio não pode ser realizado por pesquisadores individuais de forma isolada, mas por equipes de pesquisas nos diferentes países que possam descortinar as influências do debate mais amplo das Ciências Sociais e o impacto das diferentes matrizes de pensamento no debate atual do Serviço Social, o que sem dúvida influencia de forma direta a compreensão da profissão, assim como a forma de intervir na realidade. Sem dúvida, as diferentes unidades acadêmicas têm responsabilidade sobre este processo.

Como já mencionamos, desde meados da década de 1990, temos um processo de integração e intercâmbio muito frutífero entre os países latino-americanos, que vai desde o intercâmbio e fortalecimento acadêmico, à institucionalização do Comitê Mercosul no âmbito da Federação Internacional de Trabajo Social (FITS). Este está tendo um papel fundamental no debate acerca da definição do Serviço Social no âmbito internacional.

Como sabemos, a concepção do Serviço Social no plano internacional difere e muito daquela proposta pela América Latina, que após muito debate conseguiu ter uma concepção em comum.

Evidentemente, as tarefas são muitas e elas são essencialmente coletivas. De fato, consolidar a integração político-acadêmica no continente não é uma tarefa fácil. Trata-se de disputa de projetos de profissão e de

sociedade, no qual as organizações da categoria profissional terão um papel fundamental na luta da direção que os diferentes projetos assumam. Para isto é fundamental exercer a nossa profissão balizados pelo projeto profissional crítico, continuar aprofundando e consolidando a pesquisa, a análise crítica, assim como os processos de debate e articulação no continente e no âmbito internacional.

Referências Bibliográficas

ABEPSS, Documento: Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social in <http://www.abepss.org.br/paginas/ver/6>, acessado em 5 de janeiro de 2015.

ABREU, M. M. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Ed Cortez, 2002.

ACOSTA, L. O Processo de Renovação do Serviço Social em Uruguai. I Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, p. 181- 203, 1 Semestre de 2014.

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaios Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo. Ed Cortez, 1995.

DECLARAÇÃO DO COMITÊ MERCOSUL DE ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE Serviço Social e Trabajo Social, de 7 de março de 2012. <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/declaracao-rio-de-janeiro-2012.pdf>

DIRETRIZES CURRICULARES para os cursos de Serviço Social resolução nº 15, de 13 de março de 2002, Brasil.

HOBSBAWM, Eric. Historia del Siglo XX, Barcelona, España ed. Crítica, 1997.

IAMAMOTO, M V. e. CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico – sociológico. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, M. V A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n 120, p.608-639, jul/dez 2014.

MANSILLA, S. A. Una aproximación crítica e histórica de la organización política de los trabajadores sociales de argentina y de la provincia

de Neuquén. Revista de Trabajo Social Plaza Pública, Tandil, Argentina, FCH – UNCPBA, n 5 p.7-37, 2011.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOLJO, C. B. Trabajadores Sociales en la historia. Una perspectiva transformadora. Editorial Espacio, Buenos Aires, Argentina, 2005.

MONTAÑO, C. O Serviço Social na América Latina e o Debate no Brasil. Em Pauta (Rio De Janeiro), v. 22, p. 133-148, 2008.

NETTO, J, P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social, São Paulo: ed Cortez, 1996.

_____. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Ed. Cortez, 6 ed. 2002.

_____. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. Revista Serviço Social & Sociedade, N. 100, p. 650-678, 2009.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. ABEPSS/CFESS. Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1. Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999, p. 92 -110.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. O Serviço Social e a Tradição marxista. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez n.º 30, 1988.

OLLIER, María Matilde. La creencia y la pasión. Privado, público y político en la izquierda revolucionaria. Ed. Ariel, Buenos Aires, Argentina, 1998.

OLIVA, A. Trabajo Social y lucha de clases. Análisis de las modalidades de intervención en Argentina. Bs.As.: Imago Mundi, 2007.

PINTO, M, B. Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional, publicado in . Revista Serviço Social e Sociedade n 120, p.662-676 jul/dez 2014.

ROZAS PAGAZA, M. e LUDI, M. d. C. Algunas reflexiones generales sobre el trabajo social argentino. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n 100, p.772-791 jul/dez 2009.

TRAVI, B. Conceptos e ideas clave en la obra de Mary Ellen Richmond y

la vigencia actual de su pensamiento. Revista Cuadernos de Trabajo Social, Madrid, Universidad, Complutense de Madrid, Vol. 24 p. 57-67, 2011.

* Carina Berta Moljo é professora associada da UFJF, doutora e pós-doutora em Serviço Social (PUC-SP) e pesquisadora do CNPq.
<carinamoljo@uol.com.br>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Andréa Teixeira
VICE-DIRETORA
Sheila Backx
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Montaña (ESS-UFRJ)
Fátima Grave (ESS-UFRJ)
Yolanda Guerra (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simonatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

Foto de capa: Marcelo Camargo/Abr